



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140903 - SP (2021/0003014-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : RAFAEL DUQUE MARTINS (PRESO)
ADVOGADOS : PAULO MANOEL MARTINS DA SILVA NETO - DF036974
STEFANY RIBEIRO DE MATOS PEREIRA - DF039064
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAFAEL DUQUE MARTINS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2218200-42.2020.8.26.0000).

O recorrente foi preso em flagrante delito em 1º de abril de 2020 pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 155, §§ 1º e 4º, I e IV, no art. 155, § 4º, incisos II e IV, c/c o art. 14, inciso II, e no art. 288, *caput*, todos do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva em 2 de abril de 2020 (fls. 145-146).

Sustenta constrangimento ilegal, uma vez que não ostenta nenhuma das hipóteses situadas no art. 312 do Código de Processo Civil.

Requer, liminarmente, a revogação da sua prisão em razão do excesso de prazo e da ausência dos requisitos necessários à manutenção da prisão cautelar, com a imediata expedição de alvará de soltura.

No mérito, pleiteia o provimento do recurso para reformar o acórdão proferido pela 12ª Turma Criminal do TJSP. Subsidiariamente pede que sejam mantidas as medidas cautelares anteriormente fixadas nos termos do art. 319 do CPP, ou feito o monitoramento eletrônico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente